

JUVENTUDE RURAL: ENTRE O PARTIR E O PERMANECER NO CAMPO. A DINÂMICA DOS JOVENS RURAIS DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS (GOIÁS/BRASIL)

*Lorrany dos Santos Ferreira (ferreiralorrany@hotmail.com)
Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás*

*Andréa Vettorassi (andreavettorassi@yahoo.com.br)
Doutora em Sociologia professora na Universidade Federal de Goiás*

Este estudo se insere no conjunto de reflexões sobre a juventude, em especial, sobre aquela que reside no campo e estuda na cidade. O trabalho busca identificar e analisar as concepções de campo e de cidade dos jovens do município de Bela Vista de Goiás (Goiás/Brasil), estudantes de escolas públicas que, em meio a tantos dilemas sobre o futuro, ainda precisam optar entre permanecer no campo como integrante da agricultura familiar ou partir para a cidade em busca de outro modo de vida que corresponda às suas aspirações futuras. O foco da pesquisa são os estudantes do Ensino Médio, exclusivamente aqueles entre a faixa etária de 15 a 24 anos. A proposta metodológica é entrevistar os estudantes, a partir de um roteiro estruturado, sobre questões que abordam assuntos pessoais, econômicos, familiares, a perspectiva futura e o trabalho destes.

Palavras-chave: juventude, campo-cidade, agricultura familiar;

This study is part of the set of reflections on youth, especially those who live in the countryside and study in the city. This work aims to identify and analyze the field and city conceptions of young people from the city of Bela Vista de Goiás (Goiás / Brazil), public school students who, in the midst of so many dilemmas about the future, still have to choose between staying in the field As part of family farming or leave for the city in search of another way of life that corresponds to their future aspirations. The focus of the research is the students of High School, exclusively those between the age group of 15 to 24 years. The methodological proposal is to interview the students, based on a structured script, on questions that deal with personal, economic, family matters, the future perspective and their work.

Keywords: youth, field-city, family farming;

INTRODUÇÃO

Pensar em juventude é associá-la a problemas. O termo “jovem” refere-se a uma fase entre a infância e a vida adulta, e nesse processo de transição que a identidade do indivíduo é formada. Sposito (2002) reconhece que a própria definição da categoria juventude aponta para um modo de passagem – heteronomia da criança para a autonomia de um adulto -, no entanto, a duração e suas características têm variado nos processos e formas, porque a estruturação das idades difere enormemente de uma sociedade a outra.

A palavra juventude tem assumido diferentes significados de acordo com o contexto histórico, social, econômico e cultural vigente. Porém, o sentido mais comumente encontrado é aquele que a define como uma fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, um

momento de preparação para um “dever”, conforme analisam Dayrell e Gomes, comentando sobre as imagens atribuídas a essa fase da vida. “Uma das mais arraigadas é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, onde o jovem é um „vir a ser’, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente” (Dayrell; Gomes, s/d, p.1).

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), juventude é uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de sujeitos - jovens - para assumirem o papel de adulto na sociedade e abrange o período dos 15 aos 24 anos de idade. No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. A Política Nacional de Juventude divide essa faixa etária em três grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovensadolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos. Embora analisar o significado da palavra juventude possa ser um tema instigante, não se pretende aprofundar essa discussão neste momento da pesquisa.

Entretanto, em meio a tantas instabilidades, ações contraditórias, certezas e incertezas que o jovem se torna um adulto. Por ser uma fase de transição, um processo de passagem, o jovem carrega o fardo de ser uma representação do futuro, espera-se muito dele para mudar os rumos do país. Sendo assim, a experiência dos jovens é o fator propulsor da dinâmica da sociedade. E, muitas vezes, é o canal de introdução de mudanças na sociedade. As pessoas que se encontram vivendo a sua juventude são aquelas que movimentam novas ideias no meio em que vivem.

No Brasil, somente no final dos anos 90, os jovens passaram a ser um alvo importante das políticas públicas. E é através do histórico das políticas públicas para a juventude que podemos perceber como esse conceito foi mudando na prática e teoricamente. É, no final do século XIX, que surgem as primeiras ações públicas destinadas a crianças e adolescentes, com foco no atendimento de órfãos. Em seguida, a atenção foi dada a crianças desamparadas, para que se integrassem ao mercado de trabalho evitando a sua desocupação. Se, até os anos 30, a abordagem predominante – ou mesmo exclusiva – voltava-se à infância e à adolescência, na década de 40, os jovens passaram a ser objeto de atenção, como resultado das exigências do mercado quanto à formação e qualificação da força de trabalho. É nessa época que se cria o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), o Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (Senai), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). O objetivo era capacitar os jovens para o seu ingresso no mercado de trabalho. Com o fim da II Guerra Mundial, surgiu a necessidade de Direitos Humanos. A partir de então, iniciou-se um processo de reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes, que permaneceu interrompido durante a ditadura militar brasileira. Com o fim desse regime, voltou-se a pensar na situação do menor. Na década de 90, a criança e o adolescente passaram a ser vistos como sujeitos de direito – o que levou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Atualmente, as políticas públicas visam

encaminhar os jovens para o mercado de trabalho e recuperá-los (defasagem de conduta e da educação) para inseri-los no mercado de trabalho.

No filme *Opinião Pública* (1967), Arnaldo Jabor representa o imaginário da juventude carioca de classe média da época e supõe que para eles o futuro é apenas um lugar onde vivem os adultos. E hoje? O que os jovens, de um modo geral, sem distinção de classes, pensam sobre o futuro? Enquanto professores, que convivemos com a situação problemática entre os jovens e seus respectivos futuros, nos preocupamos com a formação da identidade, com a escolha da carreira profissional, com o posicionamento sexual, com o posicionamento político e com a visão de mundo que nossos alunos construirão.

Dessa forma, quando pensamos a juventude devemos pensar no “sujeito como um ser constituído e atravessador por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças” (COIMBRA 2005). Pensando a diferença e a multiplicidade, o trabalho pretende pesquisar os jovens do campo que, em meio a tantos dilemas sobre o futuro, ainda precisam optar entre permanecer no campo como integrante da agricultura familiar, ou partir para a cidade em busca de outro modo de vida para realização das aspirações futuras.

A proposta de trabalho surge de uma aproximação com jovens estudantes do ensino médio da rede estadual de ensino do município de Bela Vista de Goiás, região metropolitana de Goiânia – Goiás (Brasil), denominada Grande Goiânia, que assim como muitos jovens, migram diariamente do campo para a cidade a fim de concluírem o ensino médio. Esses jovens, além da terem preocupações próprias de sua fase, ainda precisam decidir se, após concluírem o ensino básico, devem buscar uma profissionalização (ou não) que os mantêm integrados à agricultura familiar ou se devem romper com a atividade camponesa e migrar para os centros urbanos a fim de mudarem sua realidade, buscando uma profissão que os levem a ascensão social.

Várias questões permeiam essa discussão, portanto, para que seja possível uma investigação sociológica desse evento, propomos compreender, especialmente, as razões do processo de migração entre o campo e a cidade praticada por estes jovens em questão. Para tanto, tomamos como objeto de pesquisa os alunos de duas escolas públicas de nível médio do município de Bela Vista de Goiás: Colégio Estadual Pedro Vieira Januário e Escola Estadual Dr. Bélem. O foco da pesquisa são os alunos, entre a faixa etária de 15 a 24 anos, que residem no campo, mas que precisam migrar diariamente para a cidade a fim de concluírem o ensino médio.

Além desses pontos levantados, os objetivos da pesquisa se ampliam em analisar as políticas públicas para os jovens rurais no município aqui mencionado; estudar os dados sobre a população rural, especialmente em relação aos jovens; compreender o imaginário da juventude rural, sobretudo sobre o futuro e suas perspectivas profissionais; Entender a relação do jovem com o campo e a cidade (identidade, lazer, trabalho, família, entre outros); e analisar a questão do gênero no campo, especialmente sobre a presença e/ou ausência da mulher;

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS E AS ESCOLAS COLÉGIO ESTADUAL PEDRO VIEIRA JANUÁRIO E ESCOLA ESTADUAL DR. BÉLEM: BREVES APONTAMENTOS

O município de Bela Vista de Goiás está a 45 km da capital do estado de Goiás, a cidade de Goiânia. Entretanto, é considerado parte da região metropolitana de Goiânia, conhecida popularmente por Grande Goiânia, uma conurbação de cidades ao redor de Goiânia composta por vinte municípios. A cidade de Bela Vista de Goiás está situada na região centro-oeste do país, sua população é de, aproximadamente, 28 077 habitantes (IBGE, 2016). O município foi fundado em 1896. Segundo a narrativa local, a cidade surgiu próxima aos centros de mineração, onde tropeiros e carreiros que transportavam mercadorias do estado de Minas Gerais para a estado de Goiás, fizeram do local ponto de pouso e de “rancho dos tropeiros”, assim circundando-o surgiu o povoado que, tempos depois, em 5 de junho de 1896, foi elevado à categoria de cidade.

Localização de Bela Vista de Goiás em Goiás

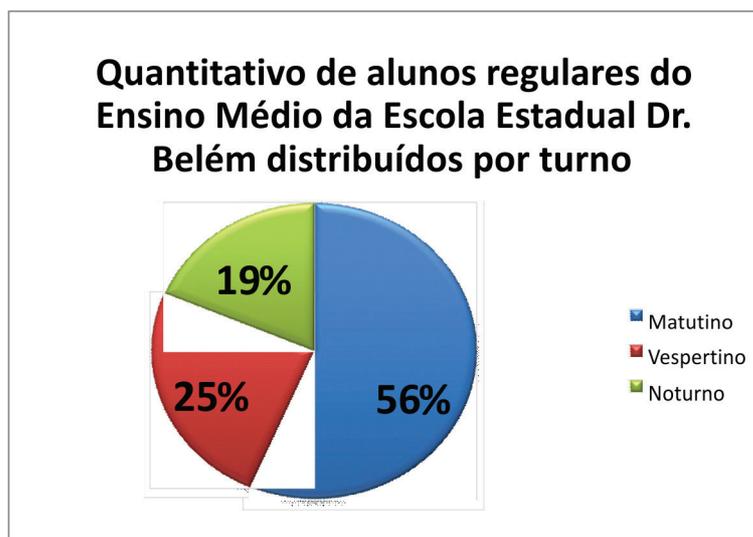


(Foto: Raphael Lorenzeto de Abreu)

A base econômica de Bela vista de Goiás sempre foi alicerçada pelas atividades agropecuárias. Durante muito tempo, a atividade de destaque foi o fumo cultivado e processado no município que foi principal produto de exportação durante décadas. Entretanto, atualmente uma grande quantidade dos proprietários de terra vivem das atividades agrícolas e pastoris. No município há também uma grande criação de gado leiteiro e gado de corte que vem atraindo um relevante desenvolvimento na cidade.

O município em questão possui duas escolas públicas que oferecem o ensino médio para os alunos que moram na cidade e para os alunos que moram no campo: a Escola Estadual Dr. Belém e o Colégio Estadual Pedro Vieira Januário. A primeira oferta o 9º Ano do ensino fundamental no turno vespertino; o Programa de Fortalecimento do Ensino Noturno – PROFEN -, no turno noturno; e o ensino médio (1º Ano, 2º Ano e 3º Ano) em três turnos: matutino, vespertino e noturno. A segunda escola, o Colégio Estadual Pedro Vieira Januário, oferta apenas o ensino médio (1º Ano, 2º Ano e 3º Ano) em tempo integral, período diurno. A Escola Estadual Dr. Belém neste respectivo ano de 2017, no segundo semestre, conta com um total de 494 alunos matriculados no ensino médio distribuídos nos três turnos, 153 alunos matriculados no ensino fundamental e 47 matriculados no PROFEN. O Colégio Estadual Pedro Vieira Januário, nesse mesmo período, conta com um total 165 alunos que cursam o ensino médio em período integral.

Para o desenvolvimento da pesquisa estão sendo considerados os alunos das duas escolas, Escola Estadual Dr. Belém e Colégio Estadual Pedro Vieira Januário, que cursam o ensino médio, seja no turno matutino, vespertino, noturno ou em tempo integral. No entanto, neste primeiro momento, o acesso às informações foi bastante restrito, o que faz com que a pesquisa apresente dados ainda incipientes, pois serão melhores analisados ao longo do processo de pesquisa. Sobre a Escola Estadual Dr. Belém, em específico, o acesso se restringe a quantidade de alunos regulares matriculados no ensino médio distribuídos nos três turnos. Para efeito visual, segue o gráfico com representação dos dados.



(Fonte: pesquisa de campo)

O gráfico acima mostra o quantitativo de alunos do ensino médio da Escola Estadual Dr. Belém distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. O turno matutino é composto por 279 alunos, o vespertino por 123 alunos e o noturno por 92 alunos, o que corresponde, respectivamente, a 56%, 25% e 19% do total de alunos da unidade escolar. A partir destes dados, é perceptível constatar que a maioria dos estudantes da escola em questão cursam o ensino médio no período matutino. Considerando isso, a pesquisa objetivará descobrir

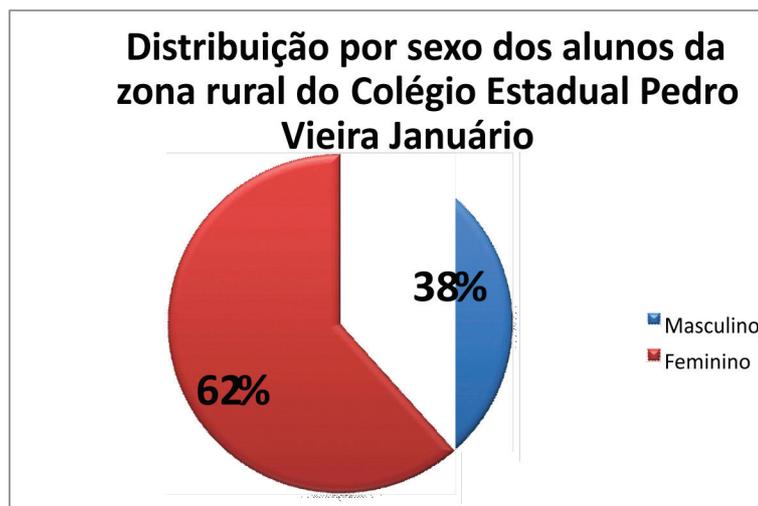
o quantitativo desses que residem na zona rural e migram para cidade diariamente a fim de estudarem, e posteriormente aprofundar em questões relativas às suas práticas cotidianas.

No Colégio Estadual Pedro Vieira Januário, como já foi dito anteriormente, estão matriculados 165 alunos que cursam o ensino médio em período integral. A partir deste total de alunos, e das informações que foram acessíveis, a pesquisa se preocupou em estabelecer a relação dos alunos que residem na cidade, aqueles que residem no perímetro urbano, e os alunos que residem na zona rural, que residem no perímetro rural. Segue o gráfico.



(Fonte: pesquisa de campo)

O gráfico mostra que a maioria dos estudantes desta instituição residem no perímetro urbano do município de Bela Vista de Goiás, no entanto, a quantidade de alunos que residem na zona rural apresenta um índice considerável. Dos 165 alunos da escola, 113 alunos são do perímetro urbano e 52 alunos do perímetro rural, ou seja, representam respectivamente, 68% e 32% do total de alunos. Outra distinção possível foi a distribuição por sexo (feminino e masculino) dos alunos estudantes do perímetro rural.



(Fonte: pesquisa de campo)

Do total de 52 alunos que residem na zona rural, 32 alunos são do sexo feminino, que representam 38% do total, e 20 alunos são do sexo masculino, que representam 62% do total. Essa informação também é importante para posteriormente aprofundarmos esse debate no que diz respeito à questão do gênero.

DILEMAS E PERSPECIVAS DA JUVENTUDE RURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Embora essa discussão seja pertinente ao nosso tempo, em outros séculos formularam-se indagações a respeito. Através do advento do capitalismo, a classe dos agricultores sofreu profundas transformações. Durante todo esse tempo, devido a tantas mudanças na estrutura política, econômica e social, essa categoria tem apresentado certa incapacidade de se estabelecer nesse sistema subordinado ao capital. Karl Marx em sua análise e teoria histórica antecipou o questionamento sobre a vida rural e seus desdobramentos. Nessa perspectiva, autores com a abordagem marxista apontam:

O capitalismo tomou a terra um bem de capital; pôs fim à propriedade comunitária; transformou a produção urbana e agrícola em valores-de-troca; fez do mercado translocal o *locus* privilegiado da vida socioeconômica; atraiu trabalhadores para o centro urbano em busca de empregos; efetivou a produção de mercadorias em larga escala; expulsou do campo famílias inteiras. Tudo isso culminou na separação dos produtores diretos (artesãos e pequenos agricultores) de seus meios de produção, ao convertê-los, tão somente, em proprietários apenas de sua força de trabalho, enquanto etapa elementar para a geração da mais-valia. Neste sentido, a cada progresso da economia de mercado ocorria uma intensa fragilização da economia campestre, que anteriormente bastava a si mesma. (RAMALHO; MOREIRA, S/D, p. 188-189)

No entanto, os dados demográficos sobre a população brasileira demonstram a continuidade do processo migratório campo-cidade nas últimas décadas. Na década de 70 a população rural do Brasil tinha aproximadamente 41 milhões de habitantes. Já a década de 80 essa população passou para 38,5 milhões, e na década de 90 essa população rural chegou a atingir 33,8 milhões de habitantes, isso corresponde a uma participação de 44,1%, 32,4% e 22% da população total do país, respectivamente. Quanto aos jovens brasileiros, na faixa etária de 15 a 24 anos somam 34,1 milhões de pessoas, correspondendo a 20,1% do total da população; em áreas rurais vivem 5,9 milhões de jovens (IBGE, 2006 e 2010).

No que diz respeito a Goiás, a população total é representada por 6.003.788 habitantes, dentre estes a população urbana total corresponde a 5.420.714 habitantes e a população rural total 583.074 habitantes, sendo 317.441 homens e 265.633 mulheres (IBGE, 2010). Sobre o número de estabelecimentos rurais familiares e não familiares, é possível verificar que em

Goiás apenas 65% dos estabelecimentos são de produtores familiares, enquanto 35% são de produtores não familiares. Em relação a participação do valor da produção agropecuária apenas 16% do valor da produção provêm da agricultura familiar, e 84% é gerado pela agricultura não familiar. Desse modo, fica evidente que a produção da agricultura familiar tem menor valor agregado do que aquilo que é produzido pela agricultura não familiar, ou seja, pelos grandes proprietários de terra, os latifundiários (XAVIER, 2012).

Dados como esses demonstram que cada vez mais, especialmente os jovens, trocam o campo pela cidade. Uma das justificativas para isso é que quando o jovem passa a ter maiores responsabilidades dentro da propriedade rural, em relação aos deveres como agricultor seja ele produtivo, econômico ou social, ele passa a visualizar e sentir as dificuldades que a agricultura familiar tem encontrado ao longo dos anos, em relação à dificuldade de crédito, assistência técnica, investimento em tecnologia, etc.. A partir do momento que ele se envolve com esses problemas, o seu desenvolvimento pessoal se torna mais difícil, pois é nessa fase da vida que eles estão planejando a realização de seus projetos pessoais que muitas vezes são interrompidos pelas condições que o núcleo familiar se encontra (SPANEVERELLO e VELA, 2003).

Os fatores que motivam a emigração rural estão divididos entre os atrativos da vida rural (que são fatores de atração) e as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (que são os fatores de expulsão) (BRUMER, 2007). De acordo com Brumer (2007: p.3)

Apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração dos jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os “ruralistas” predominam as análises que apontam ante os fatores de expulsão do que os de atração, como causas de migração.

Além disso, o histórico de ausência de políticas públicas no Brasil, a dificuldade e insuficiência dos serviços de saúde e de educação de boa qualidade, bem como o acesso ao lazer tem reduzido a vontade dos jovens permanecerem vivendo na zona rural. A falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e meios diversificados para a composição de renda aumenta mais ainda a tendência dos jovens deixarem o campo, que muitas vezes são incentivados até pelos próprios pais por acreditarem que na cidade terão todas as oportunidades para a concretização dos seus sonhos (SILVA, 2006).

De modo geral, a baixa educação e a insuficiência de políticas públicas têm gerado vários problemas, entre os quais se pode fazer referência ao analfabetismo; grande número de crianças e jovens fora da escola; a carência de ensino rural; não valorização e formação de

docentes; docentes alheios à realidade rural; abandono da escola rural; ausência de infraestrutura adequada; carência de renovação pedagógica; escolas deslocadas das necessidades e das questões do mundo real e alheia aos interesses dos trabalhadores rurais, de seus movimentos e organizações, e assim estimuladora do abandono do campo.

É importante observar que para cursar o ensino médio, em geral, o jovem rural precisa ir para as sedes dos seus municípios regularmente, onde terão acesso a outra forma de vida e diferentes modos de relacionamento social ao qual começarão a confrontar os valores da vida no campo e na cidade e despertarão o desejo de viver tal modo de vida diferente do qual foram criados (SIQUEIRA, 2004).

Outro fator apontado em outras pesquisas sobre jovens rurais é a predominância de homens no campo, pois a maior parte dos emigrantes são moças, levando à respectiva masculinização do campo. A situação mais delicada das mulheres deriva da desvalorização das atividades realizadas por elas, por serem trabalhos mais leves que são considerados como uma “ajuda”, isso as torna pouco visíveis (PAULILO, 2004) e também pelo pouco espaço a elas reservado na atividade agrícola, onde atuam apenas como auxiliares (BRUMER, 2007). Essas situações fazem com que ocorra o desinteresse por parte das mulheres na continuidade da vida no campo, que acabam buscando os centros urbanos em busca de trabalho remunerado e conhecimento, bem como uma melhoria de vida. Muitas vezes são até mesmo incentivadas pelos próprios pais a procurarem os centros urbanos por acreditarem que terão mais oportunidades de trabalho e não precisarão trabalhar no “pesado”. Essa predominância de mulheres migrando para cidade não está ligada a condições favoráveis para esse gênero no mercado de trabalho urbano, mas sim a desvalorização do seu trabalho no campo e a falta de perspectivas que elas encontram (ABRAMOVAY, 1998).

Um aspecto que vem sendo abordado ultimamente como sendo um fator para o êxodo rural é a falta de espaços que tragam cultura e lazer para o campo, pois são fatores de descontração e socialização que aliviam o estresse causado pelo desgaste do dia-a-dia de trabalho no campo, assim como a ansiedade e depressão. Assim, os jovens rurais procuram na cidade a realização dessas atividades de cultura e lazer (festas, prática de esportes, cinema, etc.), já que o campo é tido como um lugar de tranquilidade de descanso (CARNEIRO, 1998). De acordo com Carneiro (1998: p. 257), “a ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração”.

Geralmente, o jovem rural começa a trabalhar no campo por volta dos 10 a 12 anos de idade, realizando algumas atividades mais simples, e por volta dos 16 ou 17 anos muitas vezes já assume o papel de adulto na propriedade, eles acabam perdendo um pouco da vivência da adolescência no que diz respeito a atividades como lazer e recreação para assumir as responsabilidades a eles transferidas (OLIVEIRA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jovem do campo, assim como afirmou Abramo (2005), ainda é um sujeito difícil de ser discutido, tendo em vista sua complexidade cultural e sua pouca representatividade nas pesquisas no que concerne a suas dinâmicas culturais e sociais. Contudo, ao discutirmos sobre os jovens rurais estudantes do município de Bela Vista de Goiás, podemos perceber as desigualdades desse jovem da contemporaneidade. O fato de ser jovem e de morar em área rural, o torna um indivíduo com dilemas e perspectivas distintas, as quais muitas vezes estão relacionadas ao modo de ver e viver a vida.

Compreendemos que os jovens vivenciam diferentes contextos em seu cotidiano, alguns comuns a outros jovens, outros específicos aos seus espaços de vivência. Os jovens do campo, singularmente, são indivíduos que vivenciam a dinâmica relação entre campo e cidade e são influenciados constantemente por esta. Por isso, procuramos compreendê-los enquanto indivíduos ativos que, em situações plurais, fortificam e produzem aquilo que é expresso em sua identidade.

A análise do jovem do campo e suas concepções de rural e urbano não se esgotam nas discussões realizadas nesta pesquisa, uma vez que surgem novos olhares e diferentes aspectos de análise. Assim, é importante dizermos que, com esse estudo, esperamos contribuir e despertar ainda mais olhares para investigações relacionados às juventudes, em especial, para os jovens do campo e suas práticas socioculturais que se configuram, cada dia mais, como um importante elemento de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMOVAY, Ricardo. (Coord.) Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, Unesco, p. 121-140, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra! Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 112-121, 1983.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad, p.35-51, 2007.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, n.11, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, p. 160-257, 1998.
- CASTRO, G.C.; MAÍRA, M.; ALMEIDA, S.L.F. RODRIGUES. M.E.B.; CARVALHO. J.G.C.; Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político. Editora Mauad. 2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/> Acesso em: 13 de Abril de 2017.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em 03 de Abril de 2017.

COIMBRA, C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1. p. 2-11, 2005.

DAYRELL, J.T.; GOMES, N.L. A juventude no Brasil. Disponível em:

<www.fae.ufmg.br/objuventude/textos/SESI>. Acesso em: 28 Abril de 2017.

GUILHOTO, J. J. M. ; ICHIHARA, S. M. ; SILVEIRA, F. G. ; AZZONI, C. R. Agricultura Familiar: contribuindo para a riqueza nacional. *Marco Social* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 20-25, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) 2016 -

Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/default.shtm>
Acesso em: 12 de Julho de 2015.

LAMARCHE, Hugues. A agricultura familiar, comparação internacional: uma realidade multiforme. Campinas, São Paulo, Editora Unicamp, p. 19-36, 1993.

LOURENZANI, Wagner Luiz. Captação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. *Organizações Rurais e Agroindustriais/Revista de Administração da UFPA*, Lavras, volume 8 – Set/Dez, p. 313-322, 2006.

OLIVEIRA, Edmar Geraldo. O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista – MG, 2006. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Florianópolis, p.52-229, 2004.

RAMALHO, C.W.N.; MOREIRA, R.N.P.; A visão escatológica de Marx e Engels sobre o campesinato e a vida local rural. *Estudos de Sociologia. Rev. do Progr. de PósGraduação em Sociologia da UFPE*, v. 16, n. I, p. 179- 208, S/D.

SILVA, P. S.; FILHO, E. T. D.; MARACAJÁ, V. P. B. B.; MARACAJÁ, P. B. ;

PEREIRA, T. F. C. Agricultura Familiar: Um Estudo Sobre a Juventude Rural no Município de Serra do Mel – RN. *Revista Verde* (Mossoró – RN – Brasil) v.1, n.1, p. 54-66, 2006.

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

Opinião Pública. Direção: Arnaldo Jabor. Brasil: 1967 [produção].(65 min.)

As sementes. Direção: Beto Novaes. Brasil: 2015 [produção]. (30 min.)

“JOVENS EM LUTA PELA TERRA” – CONQUISTAR E PERMANECER: O DIFÍCIL APRENDIZADO

Nilda Ferreira dos Santos¹
Universidade Federal de Goiás – UFG
nilda.santos@seduc.go.gov.br

Os assentamentos rurais surgem como alternativa à falta de emprego nas cidades e envolvem a fixação do homem à terra. São vistos como garantia de sustento da família através do trabalho no campo. A partir do movimento de luta pela terra, o presente ensaio traz uma reflexão acerca da realidade dinâmica dos jovens enquanto atores sociais capazes de darem continuidade à luta iniciada pelos pais.

Palavras-chave: Assentamento rural; juventude; luta pela terra.

INTRODUÇÃO

O assentamento Che, objeto de análise deste ensaio, está localizado no município de Itaberaí, a 92 quilômetros de Goiânia. Recebe esse nome, “Che”, em homenagem a um dos líderes da Revolução cubana – Ernesto Che Guevara. A própria nomeação do acampamento denota o cumprimento das orientações de coordenadores do MST (Movimento dos Sem Terra), enfatizando que o nome dos acampamentos deve fazer referências a grandes líderes revolucionários.

A escolha deste assentamento se deu pelo fato de ser uma região próxima da capital, Goiânia, e por este ter ocorrido em 1996, mesmo ano do massacre de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará (conflito entre policiais militares e trabalhadores rurais sem-terra, em que 19 trabalhadores foram mortos), e que, por este motivo, levou Itaberaí aos destaques dos principais jornais do país.

Para compreender as motivações que levaram estas famílias a enfrentar todo um processo de luta, foi necessário questionar cada momento nesta dinâmica social. O *antes* (de partirem para luta da terra) foi resgatado pela memória dos pais ou responsáveis através de entrevistas elaboradas anteriormente. O *durante* (período de acampamento) ainda trazia um pouco daquilo que foi relatado nas entrevistas – uma idealização da terra como provedora que dá vida, como meio de sobrevivência e garantia de um futuro melhor aos filhos através do trabalho na terra.

No primeiro momento, os pais pensavam em possuir uma terra, trabalhar nela e passar para os filhos este legado, de ter uma vida digna na terra. Tinham consciência de que, possivelmente, não ficariam ricos. Ainda assim voltar para cidade era algo totalmente fora de seus planos. Somente após algum tempo de assentamento é que esta visão da terra, até certo ponto romantizada, começa a tomar novas proporções.

Diante das dificuldades que surgiam, os adultos passaram a ver o trabalho na terra de uma outra forma, diferente da perspectiva que tinham anteriormente. A renda do assentamento acabava ficando somente para as despesas básicas como a alimentação, vestuário e pagamento de energia elétrica. Isso leva os pais a refletir sobre o trabalho na terra nos dias atuais e a desejar novos rumos para os filhos, conforme nos revela as entrevistas aplicadas no assentamento mais adiante.

É neste momento que particularmente interessava a opinião dos jovens sobre o trabalho no campo. É a possibilidade de eles permanecerem no campo, dando continuidade ao trabalho dos pais e desta forma, viabilizando a luta pela terra. Assim, foi necessário enfatizar, nas entrevistas, as mudanças ocorridas na cultura do trabalho e na concepção sobre as atividades na terra como meio de sobrevivência.

EM BUSCA DOS CONCEITOS

Para se compreender a dinâmica desse contexto social, a contribuição de Bourdieu torna-se relevante, especialmente quanto à elaboração dos conceitos de *habitus* e *campo*. O *habitus*, segundo Bourdieu, deve ser entendido não como espírito universal, nem como uma razão humana, mas o *habitus* como a ação de um agente, ressaltando o lado ativo do conhecimento prático. Ele é um produto das estruturas sócias, não é a simples reprodução desta.

Resumidamente, o conceito de *habitus* está ligado aos valores, costumes que são internalizados, se constitui como uma pré-disposição para agir de determinada maneira, que reflete a forma de socialização no grupo. Se constitui ainda como uma disposição estruturada que também é estruturante, ou seja, produto das estruturas sociais, sem ser apenas reprodução delas. Também pode ser definido como o acúmulo de capital simbólico denominado pela interiorização daquilo que é exterior e, posteriormente, exteriorização do que foi internalizado (Bourdieu, 2002).

O conceito de *campo* abarca o entendimento das esferas econômicas, sociais e culturais que estão presentes na análise do assentamento a que me proponho analisar. Para Bourdieu, o *campo* é um estado de relações objetivas perpassadas pelo poder. E dentro de um *campo*, seja ele econômico, social, cultural, religioso, existem várias posições e, para cada posição, um *habitus* diferente. Bourdieu se interessa pela posição que o indivíduo ocupa dentro de um determinado *campo*, pois é a partir desta posição que se determina a relação do sujeito dentro de um grupo social. Em cada momento específico desta luta pela terra, os atores sociais ocupavam um campo diferenciado (antes, durante o acampamento e depois de assentado), que trazia consigo toda uma carga de poder.

Para Bourdieu, o saber científico não pode ser construído apenas sobre as bases do racionalismo nem tão pouco com ênfase em um empirismo radical. O objeto é construído e para tanto, não se deve priorizar apenas uma forma de construção do conhecimento. Neste sentido, nesta perspectiva dual, Bourdieu é constantemente citado em obras que trazem o conceito de Representação Social como forma de se conhecer uma dada realidade social.

No livro *As representações sociais*, Doise escreve sobre a estreita relação entre Atitudes e Representações Sociais, ou seja, entre valores sociais e atitudes psicológicas. Os valores sociais representam objetivamente o modo de vida social e coletivo enquanto as atitudes são vistas como tendências ou, nas palavras de Bourdieu, disposições para agir, tão objetivas quanto às primeiras. Assim, as atitudes e até as mudanças de atitudes representam uma determinada posição que indivíduo ocupa em seu grupo social.

Os psicólogos americanos passam a dar especial atenção à realidade social no período pós-guerra contra a Alemanha nazista porque neste momento surge a necessidade de propagandas contra o nazista porque neste momento surge a necessidade de propagandas contra o nazismo e, portanto, a difusão de atitudes democráticas. As opiniões e atitudes são importantes para manter os vínculos entre os indivíduos de um mesmo grupo. E nesta relação é fundamental o estudo das relações sociais.

Para Bourdieu, a imprensa representa um princípio gerador de tomada de posições que será mais ou menos eficaz, dependendo da posição que seu leitor ocupa no campo das classes e posição de seu jornal. Assim, as representações sociais são princípios organizadores das relações simbólicas entre os atores sócias (Doise 2001, p.193).

Outra grande contribuição de Bourdieu (2003) provém do livro *As estruturas sociais da economia*, no qual enfatiza como o mundo social está presente em cada “ação econômica”, criticando a posição radical de alguns economistas. Nesta obra, Bourdieu diz que é necessário romper radicalmente com a chamada ciência pura e propõe que na análise das disposições dos agentes, seus sentimentos e suas necessidades sejam levados em consideração.

Bourdieu demonstra, neste texto, que a economia nunca é tão neutra como pretende crer e fazer crer. Enuncia como exemplo, a economia neoliberal que tende atualmente, a se impor ao mundo inteiro através de instituições como FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial. Este modelo de desenvolvimento econômico está imerso em uma sociedade particular (Estadunidense).

Para melhor elucidar a estreita ligação entre as esferas econômicas e sociais, Bourdieu procura demonstrar que até mesmo a compra, a aquisição de um bem, resulta de características particulares em que o componente simbólico ocupa um lugar de destaque. Os investimentos e aplicações envolvem, além dos aspectos econômicos, razões afetivas particularmente importantes.

Segundo Bourdieu, em muitas sociedades, a construção de uma casa nova envolve, como na antiga Cabília, uma empreitada coletiva, que congrega todo o grupo familiar/con-sanguíneo em uma tarefa voluntária. A aquisição de uma casa tem propriedades históricas, não se caracterizando como um mero bem capital. Ter uma casa significa vontade de criar um grupo permanente, no caso, a família.

Aproximando mais os teóricos da nossa realidade, temos a importante contribuição de Antônio Cândido (1979), para elucidação dos aspectos referentes à cultura do homem do campo, no caso, do caipira, e sua cultura diante do trabalho no campo. Esta obra, contribui

para elucidação dos aspectos referentes à representação do tipo tradicional sobre a vida no campo. O livro tornou-se uma referência para o estudo da cultura brasileira, principalmente por analisar a vida do “caipira”, habitante do campo até então marginalizado na sociedade. O estudo que ele apresenta está dividido basicamente em três partes em que procurou descrever a vida dos caipiras desde suas formações tradicionais, rústicas até a transformação desde grupo com o advento da modernização brasileira.

O termo “caipira” é utilizado por Antônio Cândido para designar os aspectos culturais exprimindo o modo de ser, tipo de vida e nunca um tipo racial. A sociedade caipira do tipo tradicional, segundo Antônio Cândido, estava condicionada ao estabelecimento de uma vida social do tipo fechada, com base na economia dos mínimos para a sobrevivência. Esta visão está mais próxima daquela que chamamos de *representação tradicional*. E aqui especialmente nos interessa a obra de Antônio Cândido.

O tipo de manifestação solidária mais importante na sociedade caipira é o mutirão, que além de solucionar o problema da falta de mão-de-obra nos grupos de vizinhança, também tem um caráter festivo, ponto marcante na cultura caipira. Este tipo de manifestação também está presente neste ensaio, principalmente quando se trata de uma visão mais tradicional da vida no campo.

A posse irregular de terras, tomadas à força, expulsando os pequenos proprietários, fez surgir o latifúndio produtivo. Assim, a cultura tradicional caipira não foi feita para o progresso, daí o surgimento de tantos estereótipos, como o da figura do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato.

Mudanças ocorridas na cultura caipira revelam a passagem de uma economia autossuficiente para o âmbito da economia capitalista, o que não ocorre sem gerar uma crise social e cultural. A prática de uma agricultura comercial, porém, não excluí o caipira. Esta passa por transformações e adaptações, pois o aumento da dependência econômica condiciona um novo ritmo de trabalho por vezes incorporado às atividades urbanas.

Na realidade, segundo Antônio Cândido, o caipira teve que se adaptar penosamente a uma nova situação dentro do processo de urbanização e industrialização. Sem um planejamento mínimo, racional, a urbanização do campo se processou, de acordo com o autor, de maneira traumática no que se refere aos aspectos culturais e sociais.

Esta falta de planejamento parece se configurar até os dias atuais no que diz respeito à Reforma Agrária. A expulsão do homem do campo, as transformações ocorridas ao longo dos anos, reflete as mudanças observadas nesta pesquisa. Isto implica também em uma mudança na construção da identidade do homem do campo.

Desse modo, os assentados – retomando o objeto deste ensaio – percebiam a terra como um bem capaz de manter a família. A terra então aparece como uma necessidade socialmente construída. Todo o sistema ideológico e estratégia de fixação do homem no campo, incluindo aí o processo de educação e conscientização, criou uma necessidade, procurando sempre satisfazer os interesses dos envolvidos, no caso, os trabalhadores marginalizados sem-terra.

Com as mudanças ocorridas, o fato conquistarem essa terra, serem considerados e respeitados como pequenos proprietários faz com que os assentados considerem que o período de luta pela terra, no acampamento, debaixo de barracas, não tenha sido em vão.

É por meio do trabalho que todas as famílias envolvidas na luta pela terra procuram garantir o sustento e a sobrevivência da família. O trabalho possui um valor real e simbólico dos mais importantes nos momentos de luta pela terra. É o direito ao trabalho como garantia de cidadania que move esses trabalhadores inseridos na luta. Também é no trabalho e pelo trabalho que observamos as novas representações que surgem e justificam todas as atitudes e perspectivas dos mais jovens.

Os inseridos na luta pela terra não são apenas trabalhadores rurais que perderam o acesso à terra, mas um número expressivo de desempregados urbanos e sem tetos que geralmente fazem parte de uma segunda ou terceira geração de migrantes.

Os assentamentos são vistos por esses trabalhadores como possibilidade de reconstrução da produção agrícola, que geralmente é pensada pelos mais velhos nos moldes tradicionais da agricultura familiar. O acesso à terra propicia a eles uma melhora visível na qualidade de vida, principalmente com relação à alimentação. Assim, os assentados sentem-se orgulhosos em relatar a expressiva melhora que tiveram em suas vidas, principalmente quanto à alimentação, o sustento da família.

Atualmente, ser assentado significa ter o reconhecimento da sociedade que antes lhes atribuía uma série de nomes pejorativos como: vagabundos, desocupados, ladrões de terra, etc. O assentamento representa para estes trabalhadores mais autonomia e estabilidade resgatando a dignidade dos assentados. Além de todas as dificuldades já relatadas, os assentados ainda sofreram preconceitos que ainda parece não ter chegado ao fim, mesmo com a legitimidade da posse da terra.

Os assentamentos representam a retomada de um processo produtivo visto como viável, desejável e, mais do que isto, representa um meio de vida, uma garantia de sobrevivência para estes agricultores e suas famílias. De modo geral os assentados, ex-trabalhadores rurais ou arrendatários, têm a ideia da terra como economia moral muito forte, portanto, ela se constitui como local de trabalho e não como uma mercadoria, conforme assinalou Bergamasco (2002).

As pessoas mais velhas, experientes, chefes de família, em geral, tendem a demonstrar maior satisfação com o assentamento. Muito embora tenham a consciência de que ainda há problemas a serem resolvidos, principalmente com relação à saúde, educação e o lazer, são unânimes em ressaltar sua satisfação com a posse legítima da terra.

EXPECTATIVA DOS JOVENS QUANTO AO FUTURO NO CAMPO

A partir das entrevistas realizadas com jovens neste assentamento, percebe-se que há um consenso entre eles no sentido de que a terra, como lugar de trabalho e garantia de um

futuro melhor, atualmente já não representa a perspectiva dos pais no momento que partiam para a luta da terra.

Os pais – que em geral têm ou tiveram vínculo com o campo – acreditavam que o trabalho na terra ainda poderia manter a união da família e garantir a sobrevivência do grupo. Porém, esta perspectiva tem se modificado principalmente na concepção dos jovens. Para eles, o trabalho na terra só dá futuro para os que têm uma grande quantidade, que não é o caso dos que são assentados.

Assim, partindo da perspectiva dos jovens, procurei analisar as possíveis transformações ocorridas na cultura do trabalho que diferenciam a visão de jovens e adultos acerca do trabalho na terra.

O surgimento dessas novas representações pode estar relacionado às novas relações comerciais entre o campo e cidade, no caso de Itaberaí, com o surgimento de grandes plantações para fins comerciais, com inserção de novas tecnologias e maquinários cada vez mais modernos. Isto acaba de certa forma, desmotivando e/ou tornando inviável a prática modesta da agricultura de pequena escala, típica de assentamentos rurais.

Toda esta mudança leva a uma transformação na maneira de pensar a vida no campo, tanto para os jovens quanto para os adultos ali inseridos que também passam a perceber esta nova realidade. São estas mudanças, transformações que têm levado a refletir sobre as novas relações de trabalho no campo.

Os jovens, tanto rapazes quanto moças, argumentam que nesta idade, neste momento específico de suas vidas, precisam se divertir, desejam “curtir a vida”, e no assentamento, isto é muito difícil, especialmente para as moças. Além da falta de lazer, o que realmente os faz pensar em sair são as questões que envolvem trabalho e renda no assentamento.

O processo de modernização da agricultura faz aumentar a produtividade em larga escala, o que dificulta a reprodução da agricultura familiar, típica dos assentamentos. Os jovens do assentamento manifestam, em seus relatos, que desejam permanecer no campo atuando na produção familiar, mas que, ao mesmo tempo, também são atraídos pelas possibilidades de uma vida melhor na cidade, devido à quase impossibilidade de aumento da renda no assentamento.

As bibliografias sobre jovens rurais demonstram que, embora uma maioria manifeste o desejo de deixar o campo, porque não consegue ver ali uma possibilidade de futuro melhor, esta mesma maioria afirma que se houvesse condições de trabalho e renda compatíveis com suas aspirações, os resultados certamente seriam diferentes.

Todo projeto de assentamento tem em vista a preservação da unidade familiar como forma de garantir a reprodução da mesma. Porém, o que se observa após um certo período de conclusão do assentamento, é o envelhecimento e, muitas vezes, o empobrecimento das famílias que ainda permanecem assentadas.

CONCLUSÃO

A falta de preparo desses agricultores, resultado de um longo período de afastamento do trabalho na terra, acaba dificultando sua adaptação quando se torna um assentado. Contudo, a falta de apoio dos órgãos responsáveis pela consolidação do assentamento aparece como a principal causa de um expressivo número de venda de lotes já no início do assentamento.

De acordo com Pessoa (1999 p. 155), a consolidação de um assentamento pressupõe a conclusão de duas etapas importantes: a primeira delas, é a demarcação dos lotes; a segunda e mais importante na perspectiva do autor, é a garantia de permanência na área, que será obtida tanto mais eficazmente quanto melhor for a assimilação dos assentados aos novos modos de produção e representação da cultura do trabalho no campo, ou seja, às novas formas de representação desse trabalho.

É justamente nesta etapa que os recursos e o apoio técnico por parte do governo são essenciais e definitivos para os assentados. Pessoa afirma que as desistências das parcelas ocorrem principalmente nos primeiros anos da consolidação da posse da terra como resultado do despreparo dos trabalhadores e da falta de assistência por parte dos órgãos competentes, o que, portanto, não deve ser atribuído à falta de competência (p. 156).

Muitos jovens ainda manifestam o desejo de permanecerem no campo. Porém, o fato da terra ser muito pequena, inviabiliza sua permanência na terra como projeto de vida e futuro melhor. À medida que vão crescendo, estudando ou até mesmo constituindo família, os jovens procuram cada vez mais a cidade como meio de lhes garantir trabalho e renda para o sustento da família ou para a concretização de seus sonhos. Todos os entrevistados (pais e jovens), admitem ter interesse em permanecer na terra que conquistaram com muita luta.

Apesar das dificuldades e problemas, o assentamento é a concretização de um sonho socialmente construído entre conflitos e disputas ocorridas durante o acampamento. A conquista efetiva da terra é garantia de uma considerável melhora nas condições de vida, como afirmam os mais velhos. Entretanto, mesmo considerando os aspectos que levam à satisfação com a posse da terra, os pais, e principalmente os jovens, consideram que a garantia de um futuro melhor não se encontra nos limites do assentamento.

A implantação de um assentamento deve prever com muita cautela a viabilidade deste a curto, médio e longo prazos, respeitadas as condições de cada região. Após longas tentativas, por vezes violentas, de se promover a reforma agrária no Brasil, torna-se evidente que para resolver as questões dos agricultores sem terra, é preciso articular um desenvolvimento rural eficiente com a finalidade de se conseguir apoio e boa vontade dos órgãos governamentais, e também o reconhecimento de toda a sociedade civil.

A reforma agrária pode ser uma alternativa eficiente para se evitar o inchaço das grandes cidades, tal como ocorreu nas décadas de 60 e 70. O contingente de migrantes não consegue ser absorvidos pelo mercado de trabalho urbano, ficando marginalizados, aumentando o número de excluídos.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *A profissão do sociólogo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *As estruturas sociais da economia*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio bonito*. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

DOISE, Willem. Atitudes e representações sociais. In: *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro.; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processo de sociabilização. In: MEDEIROS, Leonilde. (Orgs.) *Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.